



***Intervenção do Secretário Executivo Adjunto da CPLP na 2ª Reunião
do Comité Preparatório da Fase de Tunes da Cimeira Mundial
sobre Sociedade de Informação
Genebra 17 – 25 de Fevereiro de 2005***

Senhor Presidente,

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que reúne oito Estados e mais de 220 milhões de pessoas espalhadas pelos quatro continentes, tem vindo a acompanhar com o maior interesse o desenrolar dos trabalhos da Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação.

Esta Conferência debruça-se sobre o mais recente desafio que se depara à Humanidade – a revolução tecnológica, e, dentro desta, a utilização, em benefício de todos, das tecnologias de informação.

Ao contrário da revolução industrial no século XIX e da revolução dos transportes no século XX que apenas beneficiaram uma parte restrita da Humanidade, os nossos esforços devem orientar-se no sentido de que a revolução tecnológica e de informação seja mais abrangente e se alargue a todos os povos do mundo.

As suas implicações são claramente mais vastas do que as das outras que a precederam. Através das tecnologias de informação nós podemos garantir o conhecimento e, conseqüentemente, o exercício dos mais básicos direitos humanos; dos princípios democráticos; a divulgação de práticas de boa governação; a multiplicação acelerada do desenvolvimento social e humano em todas as suas vertentes; a melhoria das condições de saúde, ensino e cultura em geral.

Numa palavra, as tecnologias de informação abrem-nos uma janela sobre um mundo novo, mais justo e mais promissor.

Ninguém nesta sala duvida, por um instante sequer, das potencialidades para melhoria das condições de vida e exercício dos mais básicos direitos por milhões de seres humanos, que nos são oferecidos pelas novas tecnologias.

Temos, contudo, plena consciência das dificuldades e perigos que podem surgir nesse processo.

Enumeraria, entre outros, a dificuldade de acesso às novas tecnologias, a sua regulamentação e o perigo de abuso das mesmas.



Os números são reveladores – a percentagem da população mundial com acesso às novas tecnologias é ínfima, concentrada na sua maioria em países desenvolvidos.

Está na nossa mão, na mão dos participantes desta Conferência, corrigir tal situação.

Necessitamos de um sistema internacional mais justo, funcionando em benefício de todos.

Os países da CPLP, integrados nos seus respectivos grupos regionais – UE, União Africana, Mercosul e SADC – comprometeram-se já a trabalhar para o êxito desta Cimeira, o mesmo é dizer, para a transformação em benefício de todos do uso das novas tecnologias de informação.

Para tal, os países da CPLP esforçar-se-ão para que no final da Conferência, sejam adoptadas medidas que assegurem a difusão dos benefícios através de políticas activas de inclusão.

Especificamente, a *Internet*, de momento o mais poderoso meio de informação já inventado, não deve ser olhada como uma simples plataforma do comércio, mas como espaço para o desenvolvimento. Tal desenvolvimento deverá ser feito, contudo, com o necessário respeito da diversidade cultural dos povos e, muito particularmente, da diversidade linguística. Se os idiomas são a base da identidade cultural, só através do seu respeito e da sua utilização será possível assegurar um desenvolvimento equilibrado.

Daí a defesa, pela CPLP, de conteúdos em língua portuguesa na *Internet*, por forma a assegurar o acesso e a participação popular na revolução em curso.

A liberdade de acesso deve estar igualmente na base da construção da Sociedade de Informação, e só pode se assegurada por instrumentos de governação multilateral, democráticos e transparentes.

Simultaneamente, é necessário acelerar os mecanismos de transferência de tecnologia. Nesse sentido, a CPLP está disposta a estudar a criação de um fundo internacional que permita combater o chamado “fosso digital”.

Na última Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em São Tomé e Príncipe em 26 e 27 de Julho de 2004, os Presidentes dos oito países aprovaram uma Declaração sobre a Sociedade de Informação como contributo para a boa governação e transparência. Nela se enunciavam os princípios orientadores que defendemos nesta Conferência.

Após afirmar que as práticas de boa governação são essenciais ao fortalecimento de instituições democráticas; ressaltar a diversidade cultural e



linguística como princípio fundador das sociedades de informação; notar que a inclusão digital é um aspecto essencial da inclusão social e da participação política; reconhecer o potencial das tecnologias de informação para a erradicação da pobreza e a necessidade dos programas voltados para a redução do "fosso digital".

Afirmaram:

- O direito de cada povo se expressar na sua própria língua e o seu empenhamento na disseminação de conteúdos em língua portuguesa para a construção de uma Sociedade de Informação pluralista;
- O direito de cada cidadão participar plenamente na Sociedade de Informação, não só como utilizador de tecnologias, mas como produtor de conteúdos;
- A sua convicção que o software livre é um instrumento essencial para a construção da Sociedade de Informação inclusiva e pluralista;
- A necessidade de uma governação multilateral, transparente e democrática da Internet.

Afirmaram igualmente:

- A sua convicção de que novas parcerias de cooperação são necessárias ao financiamento das tecnologias de informação e à implementação do Plano de Acção já adoptado na 1ª Fase desta Cimeira Mundial, como condição essencial à redução do "fosso digital";
- Comprometeram-se ainda a ampliar a coordenação entre os oito países membros da CPLP no contexto das questões debatidas nesta Conferência, nomeadamente, sobre a governação da Internet e o Fundo de Solidariedade e Financiamento.

É este compromisso de colaboração na busca de soluções que venho hoje reafirmar.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

